



**SINDICATO DOS TRABALHADORES
DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E
URBANOS DE PORTUGAL/CGTP-IN**



AOS TRABALHADORES DA SCOTTURB

PÔR FIM AOS BAIXOS SALÁRIOS

Ao longo de vários anos, a estratégia de *alegada* impossibilidade para aumentar salários, foi recentemente desmontada. Ao exodo de trabalhadores desta empresa, a nova gerência respondeu com uma atualização de salário aos motoristas. Foi reposta alguma justiça, no entanto esta atualização só vem devolver alguma da dignidade que tem sido subtraída aos trabalhadores. Ficaram de fora uma parte dos trabalhadores, que esperamos ser incluída na atualização anual, já em 2018.

Nos próximos dias, irá circular um documento da **FECTRANS**, com um conjunto de propostas a enviar à Gerência, não é um documento fechado aceita contributos que os trabalhadores entendam ver discutidos.

IDADE DA REFORMA DEC/ 40 DE 2016

O Governo PS, publicou a lei que obriga os trabalhadores motoristas a trabalhar até aos 66 anos e 3 meses, alterando as datas da revalidação das cartas de condução. Passou a ser possível, ao trabalhador motorista fazer mais uma renovação da habilitação legal para conduzir viaturas pesadas de transporte de passageiros/mercadorias. Juntando esta habilitação ao fator de sustentabilidade, se o trabalhador motorista se quiser reformar aos 65 anos, assume essa penalização (em 2017 até aos 66 anos e 3 meses), (em 2018 até aos 66 anos e 4 meses)...

O STRUP e a FECTRANS dinamizaram a recolha de assinaturas de oposição a este Decreto, exigindo a reposição do limite da idade aos 65 anos sem penalização. Enviámos a petição “Motorista Profissão de Desgaste”, à Assembleia da Republica, mas o envolvimento dos trabalhadores será indispensável. O Bloco de Esquerda dirigiu uma pergunta ao Governo, que respondeu negativamente ao pretendido pelos trabalhadores. O Partido Comunista Português elaborou de imediato a **APRECIACÃO PARLAMENTAR N.º 26/XIII/2.ª** do decreto que foi publicado na véspera da entrada de férias da AR (dia 29 de julho de 2016), e exigiu que esta discussão fosse feita numa Reunião Plenária da Assembleia da Republica, ainda não obteve a resposta. Nesse documento foram explicados os principais motivos ao qual devem atender para revogar este Decreto.

Consideramos e fizemos chegar à AR, um conjunto de preocupações, a perda de audição, a perda de reflexos, os problemas posturais e doenças musculo esqueléticas, o stress, problemas nos rins, diminuição da mobilidade...

PÔR UM PONTO FINAL NA CONTRATAÇÃO INDIVIDUAL

A Gerência da empresa deve abandonar a prática de contratação a termo certo, cumprindo com a lei. A cada posto de trabalho fixo, cabe um trabalhador com vínculo efetivo (no quadro).



Acabar de vez com os contratos que não tenham como referência o AE - Acordo de Empresa em Vigor. Ninguém fica melhor, quando ao seu lado trabalha alguém com condições de trabalho inferiores à sua. A melhoria das condições de vida e trabalho, a defesa dos direitos, a segurança no emprego, e o combate a precariedade é uma luta de todos.

Contrato Coletivo versus Legislação do Código de Trabalho

Pagamento pelo Acordo de empresa

Código de Trabalho

Salário Base: 650€	Salário Base: 557€
Período de Refeição: Nem menos de 1h, nem mais de 2h	Período de Refeição: até 5 h
Diuturnidades: 14€ (até ao máximo de 6)	Diuturnidades: Por Contrato Coletivo
Subsídio de Refeição: 7.10€	Subsídio de Refeição: Não é obrigatório
Subsídio Agente Único: 25% da Retribuição Base	Subsídio Agente Único: Por Contrato Coletivo
Horário Noturno: 25% da Retrib. Base (entre as 20h e as 7h)	Horário Noturno: 25% da Retrib. Base (entre as 0h e as 5h)
Trabalho suplementar: 1ª hora 50%, Horas Subsequentes 75%, 100% e 200%	Trabalho suplementar: <u>1ª hora 25%, Horas Subsequentes 37,5%, e em trabalho por cada hora ou fração em dia de descanso semanal, complementar ou obrigatório, ou feriado pago a 50%</u>
Complemento de baixa,	Complemento de baixa: Por Contrato Coletivo
Complemento de reforma	Complemento de reforma: Por Contrato Coletivo
Transporte aos familiares	Transporte aos familiares: Por Contrato Coletivo
Transporte da empresa, de e para o local de trabalho	Transporte da empresa, de e para o local de trabalho: Por Contrato Coletivo

Então, ainda acha que os direitos coletivos não têm valor? Prefere que se aplique o Contrato Individual?

Ser sindicalizado, é defender a força coletiva e os direitos dos trabalhadores!

DEFENDER A CONTRATAÇÃO COLECTIVA

DEFENDER A REPOSIÇÃO DA IDADE DA REFORMA AOS 65 ANOS

Defender a garantia dos direitos dos trabalhadores nos concursos de Concessão de Serviço de Transportes junto das Autarquias, das Autoridades de Transportes e do Governo.

Dia 18 de Novembro contamos contigo, na Manifestação Nacional da CGTP-IN



www.strup.pt / strup@strup.pt / comissaosindicalscotturb@gmail.com / [@csscotturb no\(Facebook\)](#)